

## **A nova história cultural e a utilização da literatura para a pesquisa historiográfica**

Bethânia Cristina Gaffo (UEL)

Quando iniciamos uma investigação histórica, partimos de um tema e buscamos nele um recorte temporal. Imediatamente passamos a refletir sobre as fontes que utilizaremos para desenvolver o assunto e responder as questões pertinentes a ele. Refletir sobre quais fontes devemos usar para a pesquisa historiográfica nunca foi tão vasto como hoje.

Atualmente qualquer espécie de vestígio deixado pelo ser humano nos revela como viveram o seu tempo. A poesia pode nos mostrar as transformações de linguagem e escrita ocorridas durante o renascimento, bem como as obras de arte deixadas por seus representantes. Os códices onde encontramos representações em imagem deixadas pelos Astecas nos retratam o dia a dia desta civilização. As canções entoadas durante a ditadura de 64 no Brasil nos permitem ingressar na mentalidade dos oprimidos pelo governo militar. Enfim, hoje podemos contar com um arsenal múltiplo e enriquecedor de fontes, mas nem sempre foi assim. Houve uma época em que falar da literatura como fonte histórica, por exemplo, suscitava polêmica.

Na segunda metade do século XIX, a história passou a ser uma disciplina acadêmica e fonte significava documento. Estes conduziam o pesquisador à verdade histórica e como representava o real, a história passou a buscar um status de ciência. A Escola Metódica francesa se encarregou de definir quais parâmetros utilizar para a pesquisa historiográfica. As fontes teriam como principal objetivo “assegurar a autenticidade documental para reconstituir objetivamente o passado”. (FERREIRA, 2009, p. 63) Neste contexto, apenas documentos oficiais poderiam ser utilizados para atestar a veracidade histórica. Textos literários e demais fontes artísticas não poderiam ser considerados documentos capazes de levar o historiador a construir uma pesquisa digna de atestar a verdade.

No século XX mudanças significativas no repertório de fontes possibilitariam a ampliação do que poderia ser considerado objeto para estudo da

história. Conhecido como Nova História ou História Cultural, o movimento começou na França com a revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch. “Contrapondo-se à historiografia político-factual da Escola Metódica, eles colocaram em pauta uma *História problema*”. (FERREIRA, 2009, p. 63) Com o passar do tempo, a *Annales* passou a ser chamada de escola quando se afiliou a *Sexta Seção da Ecole Pratique des Hautes Etudes*. Fernad Braudel foi quem presidiu a Sexta Seção assim como a revista nas décadas de 1950 e 1960. Com este movimento houve uma “ampliação no repertório das fontes históricas e a metamorfose do próprio conceito de fonte”. (FERREIRA, 2009, p. 63)

Os historiadores deste período passaram a atentar para a sociedade atingindo seus aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. Passaram também a se dedicar a investigar o homem em sua complexidade, não apenas o que ele deixou registrado em documentos oficiais, mas também o que deixou de relevante para a análise de seus aspectos mentais. O foco de abordagem passou a ser o ser humano que vivia à margem, não só as grandes personalidades históricas mereciam destaque, mas sim aquele que vivia a história de quem foi vencido e não apenas os que venceram. “No final da década de 1950 e nos primeiros anos da de 1960, um grupo de historiadores marxistas começou a publicar livros e artigos sobre “a história vinda de baixo” (HUNT, 1992, p. 2)

Assim, estes historiadores deixaram de privilegiar a história contada a partir dos grandes líderes e passaram a investigar o homem a partir de seu caráter social, outros grupos passaram a ser objeto de inquirição, como, mulheres, criados, operários entre outros.

A ampliação das fontes levou a pesquisa histórica a assumir uma postura interdisciplinar, pois para atingir a diversidade de fontes almejada, deveriam se enveredar para outros ramos das ciências humanas, como a geografia, sociologia, psicologia, entre outras.

Esta evolução pela qual passou a escrita da história provocou tensões entre os historiadores. A busca por novas abordagens levou estes historiadores a procurar por outras disciplinas que pudessem os auxiliar na investigação de seus objetos. Esta busca por outras formas narrativas provocaram uma expansão que ia

10.4025/6cih.pphuem.444

além das limitações impostas pela história tradicional causando conflitos, pois ameaçava aqueles que procuravam defender a disciplina dentro de seus padrões tradicionais. Sobre este conflito de interesses Lloyd Kramer afirma nos anos 90:

Ainda que, com mais frequência, essa batalha seja travada entre as tropas anônimas das academias (editores, pessoas que decidem quais serão os artigos publicados nas revistas especializadas, grupos de pesquisa departamental, seminários de pós-graduação) nos últimos anos as forças literárias arregimentaram-se claramente ao redor da proeminente liderança de Hayden White e Dominick Lacapra. (KRAMER, 1992, p. 132)

Lloyd Kramer faz uma abordagem sobre a crítica literária dos anos 90, enfatizando semelhanças entre Hyden White e Dominick Lacapra. Ambos possuíam um desejo comum: “examinar e ampliar as definições tradicionais de história e metodologia histórica” (KRAMER, 1992, p. 134) Neste intento tanto White quanto Lacapra passam a questionar as fronteiras que separam a história da literatura e demais disciplinas. Passam a contestar o que percebem como tendências “dominantes da historiografia e a focalizarem o papel decisivo da linguagem em nossas descrições e concepções da realidade histórica.” (KRAMER, 1992, p. 134) Para os dois autores uma atenção maior à crítica literária tornaria os historiadores mais inovadores.

Na década de 1970, novas gerações de historiadores franceses ampliaram o arsenal de fontes e abordagens da história. Neste período Jacques Le Goff e Pierre Nora lançam a obra *Nova História: problemas, objetos e abordagens*, onde:

Ao proporem a dilatação do território temático do historiador – que passou a abranger objetos tais como o inconsciente, o cotidiano, a língua, a literatura, o mito, a infância, a juventude, a festa, os meios de comunicação, entre outros- os novos historiadores também estimularam a pesquisa de novos documentos – escritos, sonoros, visuais. (FERREIRA, 2003, 64)

É neste meio de revolução de escrita da história que a literatura passa a ser vista e utilizada como fonte para a pesquisa historiográfica. É na mudança do foco de abordagem que uma contribui de maneira significativa com a outra. Ambas compartilham do mesmo interesse, ou seja, o interesse em narrar acontecimentos

humanos. O homem alçado à condição de objeto de conhecimento. (CAMILOTTI, 2009, p. 20)

Dessa forma, num extremo, o literário é tomado como substrato de inquirição pelo historiador, tendo em vista a reconstituição do que é identificado pelo nome de História, como algo que o antecede; no outro o literário é tomado como substrato para o escrutínio de percepções, representações, figurações, por meio das quais se busca os movimentos de instituição de imaginários e da própria temporalidade enquanto tal. (CAMILOTTI, 2009, p. 28)

No Brasil dos oitocentos, diversos pesquisadores passaram a buscar através da literatura uma escrita que representasse o Brasil enquanto tema de uma escrita nacional. Passaram a escrever com o objetivo de valorizar o que consideravam ser características predominantemente brasileiras a fim de que pudessem escrever uma história que fosse nacional.

Esta necessidade de uma escrita nacional se tornou uma preocupação após a proclamação da independência. A elite intelectual via a necessidade de nos libertar de Portugal não só politicamente, mas também intelectualmente. Para isto precisávamos construir uma história própria, uma narrativa que fizesse com que o povo se sentisse brasileiro e não português, nordestino ou rio-grandense. Havia a necessidade de se buscar uma escrita que despertasse o sentimento de nacionalismo no povo brasileiro.

Assim estes escritores encontraram no Romantismo europeu as características necessárias para a escrita nacional. Passaram a valorizar a fauna e a flora brasileira, assim como também passaram a buscar um representante que pudesse ser visto como o fundador do Brasil. O romance indianista nos mostra que estes escritores viram o índio o representante ideal para construir um mito de fundação nacional.

O romantismo buscava defender o desenvolvimento de uma língua própria no Brasil, diferente da língua herdada de Portugal. Esta nova língua teria se desenvolvido a partir da miscigenação das raças. A mistura de raças não propiciou apenas uma nova forma de falar e escrever, mas também deu origem a novas tradições, novas formas culturais.

Entre os primeiros escritores que buscaram por retratar o Brasil podemos destacar Gonçalves de Magalhães com sua obra “A Confederação dos Tamoios”, José de Alencar com seu romance “O Guarani” e Antônio Gonçalves Dias com seu poema “I-Juca Pirama”. A maior característica destes primeiros românticos brasileiros é que se uniram com o mesmo desejo: criar uma literatura própria, que retratasse o Brasil como nação independente.

Assim, vemos a primeira aproximação entre literatura e história no Brasil, não nos moldes da Escola dos Annales, pois esta foi posterior, mas podemos ver que em nossa história a literatura foi utilizada para corresponder ao desejo de uma escrita nacional. Desta forma, a literatura estava imbuída de características naturais do Brasil a fim de que a história de fundação do país estivesse presente nestas obras. Por isto elas expressavam uma história nacional ao retratar o índio e a natureza brasileiros.

A utilização de fontes literárias para a história ocorre através de múltiplas formas, pois os significados operados também são múltiplos e podem variar dependendo dos gêneros, sejam prosas, contos, romances, ou outros. Cada qual com suas características específicas podem nos fornecer diversificado aparato para a pesquisa histórica. (CAMILOTTI, 2009, p. 470) Cabe ao historiador recolher, organizar e selecionar qual a espécie de narrativa mais adequada para a figuração e dotação de sentido do passado que deseja retratar. Estas fontes podem nos dizer muito sobre os personagens e a época em que viviam, nos proporcionam grandes possibilidades de compreensão e de interação com tempos passados.

Neste sentido a obra literária é explorada pelo historiador que de seu tempo escolhe os caminhos a serem percorridos “buscando possibilidades nessa incessante relação de construção do passado.” (CAMILOTTI, 2009, p. 44)

Sobre a relação que se estabelece entre a história e a literatura, Nicolau Sevcenko afirma: “nem reflexo, nem determinação, nem autonomia: estabelece-se entre os dois campos uma relação tensa de intercâmbio, mas também de confrontação.” (SEVCENKO, 2003, p. 299) O intercâmbio seria uma troca de informações onde ambas dispõe de instrumentos enriquecedores uma à outra. Confrontação no sentido de que uma não só auxilia, mas coloca a outra em averiguação e debates.

10.4025/6cih.pphuem.444

Na visão de Sevcenko, “a criação literária revela todo o seu potencial como documento” (SEVCENKO, 2003, p. 299) no sentido de que se apresenta de forma complexa, construída a partir de inúmeras significações e incorporando a história em todas as suas questões e formas. A literatura se apresenta como expressão da sociedade, exibindo-a em seus mais diversos códigos de ação e de linguagem. “Instituição viva e flexível, já que é também um processo, ela possui na história o seu elo comum com a sociedade. O ponto de interseção mais sensível entre a história, a literatura e a sociedade está concentrado na figura do escritor.” (SEVCENKO, 2003, p. 299) É através do escritor que a literatura estabelece seu diálogo com a história, pois é a partir de sua obra que as duas narrativas se comunicam e se influenciam.

Para Antonio Celso Ferreira, o romance está diretamente inserido na história assim como, também está repleto de história “não só porque integra os modos de produção, circulação e consumo da cultura em épocas determinadas, mas também por ter o tempo como elemento básico de sua estrutura narrativa.” (FERREIRA, 2003, p. 75) Afinal o próprio romance nos conta uma história, nos apresenta a vivência de determinada sociedade imbuída de particularidades, vivências, costumes e inserida em seu tempo. A história como desenrolar de acontecimentos coletivos é utilizada com frequência como tema de narrativas literárias.

Compreender a multiplicidade de tempos históricos não é possível somente através dos documentos oficiais, mas também através de outras produções artísticas e intelectuais realizadas na época que se almeja investigar. O passado, além de um emaranhado de fatos, consiste também em uma série de produções que o homem, objeto de investigação historiográfica, realiza impulsionado por seu pensamento e seu comportamento. Como o homem nunca pode ser considerado sozinho, pois está inserido em sociedade, ao produzir ele não somente expressa seu sentimento, pensamento e comportamento, mas do grupo social ao qual pertence.

Para March Bloch a história só se configura como tal a partir do momento que passamos a compreender o homem, já que ele é quem produz os vestígios que a história utiliza para suas pesquisas. Sendo assim, a partir do momento que se estabelece uma narrativa sobre o homem, sua forma de pensar e

10.4025/6cih.pphuem.444

de viver o seu tempo, esta se configura como uma importante fonte histórica. Neste sentido o romance, ao retratar um cotidiano de determinada sociedade inserida em seu tempo, nos mostra a história preenchida por elementos significantes para a sociedade da qual se refere.

Ora, a obra de uma sociedade que remodela, segundo suas necessidades, o solo em que vive é, todos intuem isso, um fato eminentemente “histórico”. Assim como as vicissitudes de um poderoso núcleo de trocas. Através de um exemplo bem característico da topografia do saber, eis portanto, de um lado, um ponto de sobreposição onde a aliança de duas disciplinas revela-se indispensável a qualquer tentativa de explicação; de outro, um ponto de passagem onde, depois de constatar um fenômeno e pôr seus efeitos na balança, este é, de certa maneira, definitivamente cedido por uma disciplina à outra. O que se produziu que parecera apelar imperiosamente à intervenção da história? Foi que o humano apareceu. (BLOCH, 2001, p. 54)

Em sua vivência em sociedade o homem está em constante criação. Dia a dia ele produz artefatos que ao longo do tempo nos revela seu modo e vida ou de percepção de seu tempo. Na letra de uma canção entoada, no retrato feito em família, no romance que costumava ler, nos desenhos ou pinturas que produzia, nas construções que erguia, nas receitas que fazia especialmente para as reuniões familiares ou o pão de cada dia, nas roupas que costurava ou que simplesmente vestia, nas cartas que escrevia à pessoa amada, nos contos que contava ou nos livros que escrevia, enfim produtos sociais ou formas de arte que descrevem os modos de vida, e que servem como objeto de investigação do historiador.

Para Antonio Candido, a arte é “um sistema simbólico de comunicação inter-humana, ela pressupõe um jogo permanente de relações entre os três” (CANDIDO, 1973, p. 38) o público, que dá sentido à obra, a obra em si e o escritor. Sem o público o autor não se realiza, pois é este quem dá sentido à obra. “Os artistas incompreendidos, ou desconhecidos em seu tempo, passam realmente a viver quando a posteridade define afinal o seu valor. Deste modo, o público é fator de ligação entre o autor e a sua própria obra.” (CANDIDO, 1973, p. 38)

Não devemos nos esquecer de que por mais próximas à história as narrativas literárias estão, elas constituem uma ficção, um universo criado pelo autor, por isto a partir do momento em que passa a ser utilizada pelo historiador, a fonte

literária deve ser confrontada com outras fontes, no sentido de contextualizar o período que se deseja investigar. Assim o historiador poderá aproximar a narrativa ficcional dos “múltiplos significados da realidade histórica.” (FERREIRA, 2003, p. 77)

É necessário como em toda pesquisa historiográfica, nos indagar sobre qual problema nos incita ao estudo de determinada época e por que escolhemos por fontes literárias para a pesquisa, para nos auxiliar na busca pelas respostas aos problemas que colocamos. É preciso antes de tudo, confrontar a própria fonte, o romance com a época em que foi produzido, quais as vertentes ele expressa, quais os fatos que estão por trás da obra em si. Em segundo lugar, precisamos nos indagar sobre o autor, em que sociedade ele vivia, em que contexto estava inserido quando escreveu a obra e quais características desse contexto estão presentes em sua escrita. Precisamos averiguar por quais escolas literárias ou autores o autor foi influenciado, tipos específicos de narrativas, utilização de determinados signos, enfim buscamos compreender a fonte inserida em seu contexto de criação.

Porém não só o universo do autor, ou da obra devem ser questionados e investigados, mas como aponta Antonio Celso Ferreira, “a formulação do problema não nasce no vazio, ao contrário, emerge no horizonte cultural e intelectual que vive o próprio pesquisador, o que também deve ser objeto de reflexão.” (FERREIRA, 2003, p. 81) Por isto, o próprio pesquisador deve se questionar quanto à escolha da fonte literária como objeto de estudo.

Além da investigação da obra e o contexto em que foi produzida, é necessário averiguar a repercussão da própria. Assim, devemos nos questionar qual o público leitor deste tipo de narrativa, quem consumia a obra, a qual público ela se destinava e quais as impressões que estes leitores, por ventura realizavam em relação à obra. As respostas a estas perguntas podem auxiliar no entendimento da obra como um conjunto de forças que inicia com o contexto vivido pelo autor, passa pelo contexto da obra e termina com a vivência do leitor.

Consultar outras fontes produzidas na época também podem auxiliar o pesquisador a compreender melhor a obra que se deseja utilizar. Assim ele poderá perceber quais as tendências da época, o que mais chamava a atenção do público leitor, o que era mais comum e o que era considerado leitura para os intelectuais, ou seja, leituras que não despertavam o interesse da população de maneira geral, mas

10.4025/6cih.pphuem.444

sim dos mais instruídos. “Toda fonte pode ser legítima na medida em que contribua para o entendimento do objeto específico de estudo e se tenha em conta sua natureza: política, econômica, científica, religiosa, artística, técnica e outra.” (FERREIRA, 2003, p. 81)

Por mais que busquemos por teorias que nos levem a utilizar de maneira coerente a fonte literária, é apenas do contato com a obra que o próprio pesquisador desenvolve sua própria metodologia de trabalho buscando as respostas às indagações que realiza no início de sua empreitada científica.

## BIBLIOGRAFIA

BLOCH, March. A história, os homens e o tempo. In: **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAMILOTTI, Virgínia; NAXARA, Márcia Regina C. História e Literatura: fontes literárias na produção historiográfica recente no Brasil. In: **História: Questões e Debates – Revista do programa de pós graduação em história UFPR, N. 50**. Curitiba, jan./jun. 2009. Disponível em: <[www.poshistoria.ufpr.br/revista.htm](http://www.poshistoria.ufpr.br/revista.htm)> Acesso em: outubro, 2010.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Editora Nacional, 1973.

FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tânia (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: contexto, 2009.

HUNT, Lynn. História, cultura e texto. In: \_\_\_\_\_ **A Nova História Cultural**. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

10.4025/6cih.pphuem.444

KRAMER, Lloyd. Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio de Hayden White e Dominick Lacapra. In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura Como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.